

FÓRUM PARLAMENTAR DE SADC



Relatório da Missão de Obervação do Registo Eleitoral de Angola

19 - 24 De Março De 2007



SADC Parliamentary Forum

Private Bag 13361
WINDHOEK
NAMIBIA

TEL.: 264 61 287 0000
FAX: 264 61 254642
E-MAIL: info@sadcpf.org
WEBSITE: www.sadcpf.org

ÍNDICE

Agradecimentos

Acrónimos

Introdução

Antecedentes do Processo de Registo Eleitoral

Termos de Referência da Missão

Metodologia

Constatações

1. Resumos das Constatações Específicas da Reunião
2. Constatações Consolidadas

Recomendações

Anexos

ACRÓNIMOS

BDP:	Partido Democrático do Botswana
CCM:	Chama Cha Mapinduzi
CICA:	Conselho das Igrejas Cristãs de Angola
CIPPE:	Comissão Inter-Ministerial das Eleições
CPE:	Comissões Provinciais das Eleições
DTA:	Aliança Democrática Turnhalle
EISA:	Instituto Eleitoral da África Austral
EU:	União Europeia
FNLA:	Frente Nacional para Libertação de Angola
FRELIMO:	Frente para Libertação de Moçambique
IFES:	Fundação Internacional para os Sistemas Eleitorais
IRI:	Instituto Republicano Internacional
LDP:	Partido Liberal Democrático
MAT:	Ministério da Administração Territorial
MCP:	Partido do Congresso do Malawi
MPLA:	Movimento Popular de Libertação de Angola
IND:	Instituto Nacional Democrático
CNE:	Comissão Nacional Eleitoral
ONGs:	Organizações Não-Governamentais
PRS:	Partido Renovador Social
RENAMO:	Resistência Nacional de Moçambique
SADC:	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
Fórum:	Fórum Parlamentar da SADC
UNITA:	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPND:	Partido Unido para o Desenvolvimento Nacional

AGRADECIMENTOS

A Missão agradece o Presidente da Assembleia Nacional de Angola, o Grupo Nacional da SADC e o Comité Parlamentar das Relações Exteriores e o Ministro da Administração Territorial por terem concedido a delegação algum tempo de entrevista. De igual modo, agradece o Presidente da Comissão Nacional Eleitoral, os Governadores e Administradores Provinciais de Luanda, Bengo, Huambo e Namibe, bem como os representantes dos partidos políticos do MPLA, UNITA, FNLA, LDP e PRS pelas discussões abertas e francas mantida com a delegação. A Missão agradece o Conselho das ONGs, Conselho das Igrejas Christã de Angola, os órgãos da comunicação social, as organizações internacionais (NDI, IRI, IFS, e EISA), parceiros de cooperação internacional (USAID, União Europeia, Noruega) pela contribuição valiosa e informação. Este relatório representa as observações, constatações e recomendações da Missão e não irá de modo algum reflectir os pontos de vistas das entidades consultadas.

Esta Missão agradece ao Centro Regional da África Austral (RCSA) da Agência de Cooperação dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), pelo apoio financeiro sem o qual a missão não teria sido realizada.

A Missão agradece o Dr. Esau Chiviya por ter elaborado o relatório.

CAPÍTULO 1:

INTRODUÇÃO

De 19 a 24 de Março de 2007, uma delegação de 21-membros do Fórum Parlamentar da SADC (Fórum) visitou a República de Angola para observar o registo eleitoral em quarto das dezoito províncias do país. A delegação foi composta por 10 Deputados e 5 funcionários parlamentares dos seguintes países da SADC:

Países	Deputados	Partidos	Género	Funcionário Parlamentar
Botswana	Distinto Gobopang D. Lefokho	BDP	M	
	Distinta Botlogile Tshireletso	BDP	F	
Malawi	Distinto Situdi J. Situdi Nkhoma	MCP	M	Sr. Ollium Phiri
Moçambique	Distinta Açucena Duarte	FRELIMO	F	Sr. Jaime E. Numaio
	Distinto Jerónimo Malagueta	RENAMO	M	
Namíbia	Distinto McHenry Venaani	DTA	M	
África do Sul				Sra. Grace C. e Goncalo
Suazilândia	Distinta Isabella B. Katamzi		F	Sr. Amos M. Maziya
Tanzânia	Distinto Richard Nyaulawa	CCM	M	
Zâmbia	Distinto David Matongo	UPND	M	
Zimbabwe	Distinta Margaret C. Pote	ZANUPF	F	Sr. Christian Ratsakatika

Interpretação do símbolos

F: Feminino
M: Masculino

A delegação foi chefiada pelo anterior e mais recente Vice Presidente do Fórum e Deputado do Botswana, Distinto Gobopang Duke Lefhoko. De igual modo, integraram a delegação o Secretário Geral do Fórum, Dr. Kasuka Mutukwa e quatro funcionários do Secretariado baseado em Windhoek, que constituíram o Secretariado da Missão.

O envio da Missão de Observação foi feito em conformidade com a decisão da Assembleia Plenária do Fórum e com as disposições da Constituição do Fórum que colectivamente mandatam o Fórum no sentido de promover a democracia, boa governação, igualdade no género, direitos humanos e a promoção da mediação de conflito através de processos eleitorais, dentre outras estratégias. Em cumprimento deste mandato, o Fórum enviou uma Missão de Boa Vontade composta por 8 membros à Angola, de 3 a 7 de Março de 2003, no sentido de consultar os intervenientes sobre o processo de paz e a perspectiva para realização de eleições em sequência da assinatura histórica dos Acordos de Paz de 4 de Abril de 2002.

A Missão de Observação do Registo Eleitoral do Fórum para a República de Angola foi realizada em resposta directa ao início do processo de registo eleitoral no país, no dia 15 de Novembro de 2006 e deveria ter culminado no dia 15 de Junho de 2007.

O programa de observação de registo eleitoral foi desenvolvido em parceria com a Assembleia Nacional de Angola.

CAPÍTULO 2:

ANTECEDENTES DO PROCESSO DE REGISTO ELEITORAL

A República de Angola é uma ex-colónia portuguesa que conquistou a sua independência de Portugal em 1975, depois de um período prolongado de conflito armado. A República de Angola faz fronteira com a Namíbia, a Sul, Zâmbia a Leste, a República Democrática do Congo, a Norte e o Oceano Atlântico no Oeste. A nível administrativo, o país está dividido em 18 províncias e 164 municípios. O país é rico em reservas de petróleo, sendo o segundo maior produtor depois da Nigéria. Os demais recursos importantes incluem o diamante e o peixe. O país tem uma população estimada de 14 milhões, e uma taxa de alfabetização de cerca de 40%.

A história política de Angola foi em grande medida caracterizada por uma situação de guerra. Um breve período de paz após a independência seguido de 27 anos de guerra civil que terminou a 4 de Abril de 2002, depois da assinatura de um Acordo de Cessar Fogo entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional Para a Independência Total de Angola (UNITA). Este Acordo de Cessar Fogo foi precedido pelo acordo de paz assinado em Lisboa, Portugal, no dia 31 de Maio de 1991, tendo culminado nas primeiras eleições multi-partidárias em Angola em 1992, cujos os resultados foram rejeitados pela UNITA, o que resultou na continuação da guerra civil. O Protocolo de Lusaka de 20 de Novembro de 1994, que foi uma iniciativa de mediação de paz das Nações Unidas, também, não durou por muito tempo. O Acordo de Cessar Fogo de 4 de Abril de 2002 entre o MPLA e UNITA ocorreu logo depois do falecimento do líder da UNITA, Dr. Jonas Savimbi, sem qualquer mediação externa.

Este Acordo de Cessar Fogo concedeu ao país o seguinte:

1. o cessar fogo total em todo país,
2. a desmobilização, 'aquartelamento' e a conclusão da desmilitarização das forças armadas da UNITA, conforme previsto no Protocolo de Lusaka de 1994,
3. a integração dos generais e altos funcionários da UNITA nas FAA e na Polícia Nacional,
4. a desmobilização de algumas forças armadas das FAA e da UNITA,
5. a formação vocacional e a reintegração do pessoal desmobilizado para a vida civil, e
6. a reconciliação nacional através da amnistia geral.

Desde a assinatura do Acordo de Cessar Fogo, o Governo de Angola, os partidos políticos, as organizações da sociedade civil, e o povo angolano, de modo geral demonstraram o seu empenho na concretização deste Acordo de Paz. Importa salientar que Angola é um país, cujo o povo está a aprender a viver harmoniosamente dentre si num clima de paz, em sequência dos 27 anos de guerra.

O processo de registo eleitoral foi realizado num ambiente caracterizado por inúmeros desafios, incluindo o facto das eleições estarem por se



A equipa da Missão de Observação do Fórum Parlamentar da SADC

realizar com base na antiga constituição, ainda por ser revista. Durante vários anos, não se realizou qualquer censo nacional para conceder dados concretos sobre o tamanho da população antes das eleições de 2008. Para além disso, há a necessidade da criação de uma estrutura eleitoral abrangente conforme estipulado nas várias leis eleitorais aprovadas até a presente data. Os demais desafios incluem a reabilitação das infraestructuras destruídas durante muitos anos de guerra civil, lidar com o regresso e o reassentamento dos refugiados e deslocados, e o processo de desminagem, tendentes a remover as minas ainda espalhadas nas áreas rurais.

CAPÍTULO 3:

TERMOS DE REFERÊNCIA DA MISSÃO

Na sequência do processo de registo eleitoral na República da Angola, a Missão de Observação foi orientada pelos seguintes Termos de Referência (TdR):

1. avaliar o processo de registo eleitoral com relação a participação alargada de potenciais eleitores, adequacidade das facilidades e do tempo atribuído para este propósito;
2. avaliar o nível da educação cívica dos eleitores realizada antes e durante o período de registo eleitoral de forma a garantir que o maior número de cidadãos possível e de ambos géneros se registem;
3. realizar uma análise sobre o equilíbrio no género do processo para determinar o nível de consciencialização e participação das mulheres e dos homens, como eleitoras e como agentes eleitorais;
4. Observar e verificar a imparcialidade e o funcionamento das autoridades responsáveis pelo registo eleitoral, conforme estipulado na lei da República de Angola;
5. Avaliar a eficácia e eficiência dos mecanismos introduzidos pelas autoridades tendentes a facilitar a realização de um processo de registo completamente inclusivo e consultivo;
6. Consultar uma amostra representativa dos intervenientes do processo. Estes intervenientes incluirão os cidadãos comuns, partidos políticos, os departamentos de tutela do governo, as organizações da sociedade civil locais, organizações religiosas, regionais e internacionais e a comunidade internacional/diplomática; e
7. Familiarizar a Missão com os preparativos para realização das eleições na República de Angola, como parte dos preparativos para observação eleitoral sempre que necessário.

Este relatório concede uma panorâmica das observações, constatações e recomendações da Missão, relativamente ao processo de registo eleitoral, com base no entendimento que o registo eleitoral é um requisito sine qua non para a organização e realização de eleições credíveis. O relatório realça as áreas em que o Fórum e outras instituições locais, regionais e internacionais podem apoiar o governo e o povo Angolano no sentido de realizarem o registo eleitoral de forma abrangente com vista a realização de eleições credíveis e legítimas.

CAPÍTULO 4:

METODOLOGIA

Reuniões Preparatórias

A quando da chegada da Missão no país no dia 19 de Março de 2007, a Missão realizou uma sessão de informe na qual o Chefe da Missão, o Distinto Duke Lefokho, explicou que o objectivo fundamental da Missão é o de avaliar a realização do registo eleitoral em Angola, em conformidade com as leis eleitorais do país, as Normas e Padrões do Fórum para Realização de Eleições na Região da SADC, bem como outros instrumentos tais como os Princípios e Orientações da SADC, que Regem as Eleições Democráticas e a Declaração da OUA/UA sobre os Princípios que Regem Eleições Democráticas em África.

Considerações do Chefe da Missão

A Chefe da Missão realçou aos membros da delegação que o processo eleitoral inicia com o registo eleitoral, e que em alguns países tal processo, em grande medida, determina o resultado das eleições. O Chefe da Missão acrescentou que a eleição, é um processo, e não um evento. Faz parte desse processo, o registo eleitoral, a compilação do caderno eleitoral, a nomeação de candidatos, votação, observação eleitoral, contagem e o somatório dos resultados, o anúncio dos resultados, bem como as actividades pós eleitorais. O Distinto Lefhoko mencionou que, durante vários anos, o Fórum tem vindo a realizar observação eleitoral, com base num critério objectivo a todos os níveis, cujo processo deverá ser promovido.

Considerações do Secretário Geral

O Secretário Geral do Fórum, Dr. Kasuka Mutukwa, também teceu algumas considerações durante a sessão de informe. O Secretário Geral recordou os delegados que os Africanos ganharam muita experiência em observação eleitoral e que podiam observar eleições por si próprios, cuja a participação não deve se limitar na qualidade de membros das delegações não africanas, conforme acontecia anteriormente. O Secretário Geral fez menção das várias leis eleitorais que a Assembleia Nacional homologou de forma a preparar-se para as eleições, e notou que a Missão estava em Angola com o objectivo de contribuir para o processo de paz, apoiar o governo e o povo Angolano a realizar eleições credíveis. O Secretário Geral mencionou que algumas das questões fundamentais da Missão inclui a avaliação das seguintes questões:

- a inclusividade do processo de registo eleitoral;
- a celeridade do processo de registo em termos do número de eleitores que regista
- o papel dos partidos políticos, das organizações da sociedade civil e das organizações religiosas no processo de registo;
- a realização da educação cívica dos eleitores;
- a participação das mulheres no processo de registo eleitoral e a facilidade do uso do processo pelas mulheres participantes; e
- a imparcialidade dos órgãos de gestão eleitoral.

Importa realçar que o Fórum assume uma posição imparcial e que concentra-se em ajudar o país no fortalecimento da democracia, o Secretário Geral realçou ainda a necessidade da prevalência da objectividade, durante o processo eleitoral.

Reuniões Consultivas

De forma a obter o maior fluxo de informações relativamente ao processo de registo eleitoral, a Missão realizou várias reuniões consultivas com os intervenientes principais, o Grupo Nacional da SADC, o Comité Parlamentar das Relações Externas, o Ministro da Administração Territorial que ao mesmo tempo é o Presidente da Comissão Ministerial para as Eleições (acrónimo em português CIPPE) incluindo os Ministérios do Interior e dos Correios e Telecomunicações, o Presidente da Comissão Nacional Eleitoral, bem como os seus funcionários, os representantes dos partidos políticos do partido no poder o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o Partido União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), Partido Liberal Democrático (LDP), o Partido Renovador Social (PRS). Neste sentido, a Missão manteve consultas com uma série de organizações não governamentais (ONGs), o Conselho das Igrejas de Angola (CICA), as organizações internacionais e os parceiros de desenvolvimento/cooperação.

Para além das reuniões consultivas, a delegação também efectuou uma visita de cortesia ao Presidente da Assembleia Nacional, a Sua Excelência Roberto de Almeida.

Visitas de campo

Em sequência das reuniões com os intervenientes principais, a Missão realizou visitas de campo com vista a observar o processo de registo. Na Quarta-feira, 21 de Março de 2007, e na Quinta-feira, 22 de Março de 2007, a Missão visitou os Centros de Registo Eleitoral (CRE) nas províncias de Luanda, Bengo, Huambo e Namibe, onde as equipas de observação mantiveram consultas com os governadores provinciais, funcionários do governo e outros intervenientes sobre a realização do registo eleitoral. O objectivo destas visitas de cortesia foi o de efectuar uma avaliação em loco sobre a forma como o registo eleitoral estava sendo realizado nos vários CRE.

CAPÍTULO 5:

CONSTATAÇÕES

Resumo das Constatações Específicas das Reuniões

Durante as reuniões, o Chefe da Missão, o Distinto Duke Lefhoko procedeu a abertura de cada reunião explicando que a Missão deslocou-se á Angola com o objectivo de observar o processo de registo eleitoral, aproveitar as observações de vários intervenientes, e familiarizar-se com os preparativos logísticos em curso relativamente as eleições. O Chefe da Missão salienta ainda que o Fórum está interessado em observar a objectividade do processo de observação, em conformidade com os Termos de Referência extraídos das Normas e Padrões das Eleições na Região da SADC e outros instrumentos. A observação foi feita em conformidade com as leis eleitorais do país.

Reunião com o Grupo Nacional da SADC e com o Comité Parlamentar das Relações Exteriores.

A Missão foi informada que as leis eleitorais nacionais em vigor levaram em consideração, as Normas e Padrões para realização de Eleições na Região da SADC. As próximas eleições constituem um fenómeno em Angola a medida que o país está em paz, em comparação com as eleições de 1992, altura em que o país estava em guerra. O Grupo Nacional da SADC e o Comité Parlamentar das Relações Exteriores aguarda com entusiasmo pelo relatório da Missão.

Reunião com o Ministério da Administração Territorial

O Ministério da Administração Territorial (MAT) tem o mandato de preparar e organizar as eleições. O Ministério funciona dentro da Comissão Inter-Ministerial das Eleições, incluindo os Ministérios do Interior e dos Correios e Telecomunicações. O Ministro realçou as dificuldades enfrentadas durante a organização das eleições numa situação de pós guerra, onde existem mais de 1,000 minas espalhadas nas áreas rurais ainda por desminar, mais de 4,000,000 deslocados internos, os refugiados que ainda se encontram fora do país, aeroportos destruídos, estruturas rodoviárias e outras infraestruturas, em sequência de 31 anos sem eleições, fortes chuvas/cheias que dificultam a circulação, educação da população rural, algumas das quais considera as eleições como o causador de guerra, devido ao acontecimento de 1992, e a insuficiência das facilidades de comunicação. Perante essa situação, o governo parece ser a única entidade com a capacidade institucional para organizar eleições. A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) foi criada em 2005, e teve como objectivo principal supervisionar o processo eleitoral no país. O MAT e a CNE deverão garantir colectivamente a estabilidade e o sucesso do registo eleitoral em particular e o processo eleitoral de modo geral.

O alvo preconizado foi o de registar 7.5 milhões de eleitores. Aproximadamente 3 milhões de eleitores foram registados até a altura da visita da Missão do Fórum. Em reconhecimento do Dia Internacional das Mulheres, que coincidiu com o processo de registo, e de forma a encorajar as mulheres, que em termos gerais constituem a maioria em relação aos homens, o mês de Março de 2007, foi declarado o mês de campanha para o registo das mulheres. Considera-se que o baixo índice de mulheres que comparece para o registo, deve-se ao facto da maior parte das mulheres ser analfabeta, ou estarem engajadas em actividades de baixo rendimento (por exemplo, vendas na rua, trabalho doméstico, etc), ou por não possuírem bilhete de identidade, em particular as mulheres que vivem nas áreas rurais.

Os documentos exigidos para o registo eleitoral incluem o bilhete de identidade nacional, carta de condução, passaporte, (ainda que esteja expirado), documentos militares, cartão de refugiado e testemunhas, tais como pastores e líderes tradicionais para confirmar a cidadania.

Apesar do registo eleitoral ser obrigatório, a lei não prevê sanções contra aqueles que não se registaram.

A Missão foi informada que o MAT estava a trabalhar em estreita colaboração com o Parlamento, a CNE, os partidos políticos (126 partidos políticos, dentre os quais 12 estão representados no parlamento, (incluindo 7,300 agentes registados de partidos políticos), bem como com as ONGs locais e estrangeiras. O governo disponibilizou uma subvenção de US\$ 25 milhões, totalizando o montante de US\$ 200,000 por cada partido político, quer esteja representado no parlamento ou não, tendentes a apoiar os seus agentes a observar o processo de registo eleitoral. Nesta base, a lei prevê o financiamento de partidos políticos para financiar as suas próprias actividades. A Missão foi informada que a comunidade diplomática recebe informações regularmente sobre o progresso das actividades de registo eleitoral e que os observadores nacionais e estrangeiros têm permissão para observar o processo com vista a garantir que seja inclusivo, transparente e credível.

Reunião com o Presidente da Comissão Nacional Eleitoral

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) é composta por 11 membros, dentre os quais 2 mulheres (representando aproximadamente 20%, cifra muito abaixo, em relação a 50% de representação do género da SADC). Contudo, muitas mulheres estiveram engajadas a nível nacional, provincial e municipal como agentes de registo eleitoral.

O papel da CNE é o de supervisionar as actividades de registo eleitoral, de todo processo eleitoral, e garantir que o registo eleitoral seja realizado de forma correcta e regular em todo país, encorajar as pessoas a votar, e recomendar medidas correctivas necessárias para remover os constrangimentos. Para além disso, a CNE responsabiliza-se pela acreditação de observadores locais e internacionais e os agentes dos partidos políticos, bem como pela disponibilização de informações aos partidos políticos, a imprensa e as ONGs; e auscultar as reclamações dos intervenientes e recomendar ao Governo as medidas correctivas necessárias. A Missão notou que não obstante o processo de registo eleitoral estar a progredir bem, era pouco provável que, a cifra de 7.5 milhões, venha a ser alcançada dentro do prazo até 16 de Junho de 2007. A Missão tomou conhecimento que a CNE muito provavelmente haveria de propôr ao governo a prorrogação do processo.

Tal como na maioria dos países da SADC, a idade de registo eleitoral é de 18 anos ou superior. Considerando que não se realiza censo populacional durante muitos anos, a CNE não preocupou-se demasiado com a meta de registo de 7.5 milhões de eleitores, tendo se concentrado no registo do maior número de eleitores possível. Na tentativa de garantir que os potenciais eleitores situados nas áreas rurais se registem, a CNE está a trabalhar com as ONGs, igrejas, líderes tradicionais, e os partidos políticos de forma a garantir que os potenciais eleitores situados nas áreas rurais se registem. A CNE estava a trabalhar com as ONGs, igrejas, líderes tradicionais e religiosos para garantir que o processo de registo seja abrangente. Neste sentido, a CNE desenvolveu um material de formação para ser utilizado pelas ONGs durante a educação cívica dos eleitores.

A Missão foi informada que a CNE tem escritórios de representação nas 18 províncias, 164 municípios na terra continental de Angola, bem como nos 4 municípios em Cabinda de forma a permitir

que este desempenhe de forma eficaz o seu papel de supervisão. Os princípios orientadores no desempenho desta tarefa são transparentes, livres e justos, envolvendo todos os partidos políticos, ONGs, igrejas, e a imprensa no processo eleitoral. O orçamento da CNE 14 providenciado pelo Ministério das Finanças.

Pela primeira vez na história das eleições do país, desenvolveu-se um processo de registo eleitoral informatizado. Não obstante as potenciais vantagens do processo, alguns partidos políticos manifestaram a sua preocupação com relação ao uso da tecnologia informática no registo eleitoral, porque tais partidos não percebem as vantagens e têm algumas suspeitas sobre a forma como os dados são processados.

Reunião com o MPLA

Os representantes do MPLA reconhecem as dificuldades da organização do registo eleitoral num país onde a guerra civil durou 30 anos, com minas espalhadas em todo país, infraestruturas destruídas, com chuvas e cheias, e a ausência do censo populacional. Contudo, os partidos políticos, incluindo o MPLA, participaram na observação do registo eleitoral através dos seus agentes do partido. Notou-se que há 126 partidos políticos registados em Angola. Cada partido recebeu US\$ 200,000.00 para financiar a sua participação no registo eleitoral. A lei prevê que o governo deve financiar os partidos políticos durante as campanhas eleitorais. Esta situação reduziu a oportunidade de financiamento estrangeiro para os partidos políticos.

A Missão foi informada que o MPLA produziu algum material de formação para uso na educação cívica. O MPLA também produziu um documento denominado Agenda Nacional sobre consenso que deveria orientar qualquer partido político que ganhe as eleições na governação do país. O documento será discutido por todos os intervenientes numa conferência realizada a 02 de Abril de 2007. O partido manifestou a sua vontade e compromisso na manutenção do espírito dos acordo de paz de 2002, e deseja que os angolanos decidam livremente qual o partido que desejam na liderança.

Em conformidade com a lei, deve-se tomar algumas medidas antes da data do anúncio das eleições, nomeadamente:

- o registo eleitoral
- a verificação do registo eleitoral
- a segunda fase do registo eleitoral para os cidadãos que atinjam 18 anos durante a verificação,
- a conclusão da comunicação da CNE sobre o processo de registo eleitoral ao Presidente,
- O Presidente pode manter consultas com os demais intervenientes, tais como o Conselho da República, sobre as datas adequadas;
- O Presidente anuncia a data de votação 90 dias antes das eleições;
- As eleições legislativas serão realizadas em 2008, entre Maio e Agosto durante a estação seca, faltando somente a determinação da data exacta.
- As eleições presidenciais serão realizadas em 2009, restando apenas o anúncio da data exacta.

Relativamente ao equilíbrio no género, o MPLA informou que sempre levou em conta a quota de representação das mulheres de 30%. Contudo, os representantes do MPLA notaram a nova quota

de representação das mulheres de 50% e prometeram levar em conta tal quota nas próximas eleições. O MPLA é de opinião que depois das eleições, deveria haver uma nova Constituição Nacional, bem como a concessão de um período de dois anos, para se realização de debates sobre tal Constituição.

O MPLA é de opinião que o registo eleitoral progrediu normalmente.

Reunião com a Conselho Nacional das ONGs (PLATAFORMA)

A reunião contou com a participação de 17 representantes das ONGs que participaram no processo de observação do registo eleitoral durante os últimos 4 meses. O papel principal das ONGs 15 o de realizar educação cívica através de pampflectos, reuniões do comités, espectáculos mívies, igrejas, manifestações, etc. Não obstante as ONGs estarem representadas em todo país, a sua participação varia de província a província. Existem muitas organizações das mulheres activas em Luanda, relativamente as existentes nas áreas rurais onde nota-se uma fraca representação.

De modo geral, as ONGs expressaram a satisfação com o processo de registo eleitoral, não obstante os vários desafios. Houve transparência no processo a medida que as ONGs e os partidos políticos estiveram representados nos centros de registo eleitoral. Regista-se um bom relacionamento entre as ONGs e a CNE a nível nacional e provincial. Contudo, as ONGs não foram capazes de compreender o motivo pelo qual dentre as 18 províncias do país, somente a província do Namibe não tinha acreditado ONGs para o processo de observação eleitoral.

A principal preocupação das ONGs foi a insuficiência de financiamento. Na sua maioria tais ONGs não são financiadas pelo governo. Elas recebem financiamento a partir de doadores internacionais e recomendam fortemente que o governo considere tal financiamento de forma que as sua observação e outros papeis sejam genuinamente, um processo nacional sem influência externa.

As ONGs confirmaram, que, a princípio, a informatização do registo eleitoral enfrentou alguns problemas, mas foram ultrapassados posteriormente.

Reunião com os Partidos da Oposição

A Missão consultou 4 partidos da oposição, nomeadamente a UNITA, FNLA, Partido Liberal Democrático (LDP), e o Partido da Renovação Social (PRS).

A preocupação principal da UNITA está relacionada com a inexistência da separação de poderes entre o estado e o partido no poder. Argumenta-se que por exemplo a composição da CNE não é equilibrada e favorece o partido no poder (MPLA) e o Presidente da CNE 15 ao mesmo tempo o Vice Presidente Juiz do Tribunal Supremo enquanto que o Artigo 131, da Constituição proíbe que os Juizes do Tribunal Supremo ocupem qualquer outro cargo para evitar conflicto de interesse, e que a CNE não era suficientemente representativa. A UNITA é de opinião que esta situação não promove o sentido de confiança no processo de registo eleitoral.

A preocupação da FNLA 15 que a CNE foi a mesma durante as eleições de 1992, e que houve alguns atrasos na acreditação de partidos políticos da oposição para observação do processo de registo eleitoral, e que o montante de US\$ 200,000,00 que o governo concedeu a cada partido político 15 insuficiente e que a FNLA não recebeu qualquer montante até a presente data, bem como o facto que a sua conta bancária manteve-se congelada durante os últimos 6 anos.

A preocupação do LDP está relacionada ao facto de que quando o registo teve início, os partidos políticos não foram acreditados para enviarem os seus agentes ao campo e que os agentes de registo ainda estavam a utilizar cartões de acreditação provisórios.

Relativamente ao PRS, a preocupação foi que a informatização do registo eleitoral foi feita sem a formação dos agentes dos partidos políticos no funcionamento desta tecnologia, assim tiveram algumas dúvidas com relação a transparência do sistema informatizado e manifestaram dúvidas com relação a imparcialidade da Comissão Inter Ministerial das Eleições, a interferência no trabalho da Comissão pelo partido no poder, 16 que os partidos políticos da oposição não jogam um papel forte na monitorização do processo de registo eleitoral.

Apesar das preocupações apresentadas com relação ao processo de registo eleitoral e o descontentamento manifestado pelos partidos políticos, pelo facto do estado, o governo e o partido no poder ser aparentemente o mesmo, os partidos políticos da oposição se comprometeram ao Acordo de Paz de 2002, e não pretendem regressar a situação de guerra anterior.

Reunião com as ONGs Internacionais

A reunião contou com a participação do Instituto Nacional Democrático, o Instituto Eleitoral da África Austral (EISA), o Instituto Republicano Internacional (IRI) e a IFES. A Missão foi informada que o Instituto Nacional Democrático apoia a formação das organizações da sociedade civil, IRI, a formação dos partidos políticos, e a IFS a formação dos agentes da CEN. As organizações internacionais fizeram as seguintes observações relativamente ao processo de registo eleitoral:

1. Não houve qualquer entendimento claro sobre o papel de supervisão da CEN,
2. constatou-se a existência de várias interpretações da lei eleitoral nas diversas províncias, por exemplo, relativamente a questão das testemunhas,
3. A província do Namibe não acreditou qualquer observador local
4. Regista-se a falta de apoio financeiro adequado para as ONGs para fins de financiar a realização da educação cívica eficaz
5. afiliação dupla junto dos órgãos eleitorais, especialmente a nível provincial causando a possibilidade de conflito de interesse;
6. Ineficácia da imprensa na divulgação de informações sobre o registo eleitoral
7. Existência da necessidade da aceleração da educação cívica
8. Necessidade que o governo financie as ONGs de forma que realizem educação cívica eficaz
9. A necessidade para que os observadores tenham acesso aos centros do governo de captação e processamento de dados com vista a aumentar a transparência, e
10. A necessidade para a criação de um Comité de Ligação dos Partidos para resolução de litígios eleitorais

Relativamente a questão de possível múltiplos registos, as organizações internacionais manifestaram-se satisfeitas com o uso de impressões digitais para confirmar a identidade dos eleitores.

Reunião com o Conselho das Igrejas Cristãs em Angola (CICA)

O Secretário Geral da CICA informou à Missão que Angola era um país cristã há 5 séculos, e que 90% da população é cristã. A CICA participa, dentre outras, em actividades de apoio humanitário, presta apoio e serviços de saúde às mulheres, desenvolve programas de reabilitação e de alfabetização para as mulheres e mobiliza as mulheres para o registo eleitoral.

O envolvimento da igreja no registo eleitoral inclui a mobilização e consciencialização das pessoas sobre o processo, campanha de registo eleitoral de forma neutra sem qualquer afiliação política e joga o papel de testemunha dos cidadãos sem bilhetes de identidade. A igreja funciona a nível provincial, municipal e comunitário, e constitui o melhor mecanismo de passação de informação às comunidades rurais.

A CICA manifestou a sua preocupação que apesar do governo ter reconhecido o papel das igrejas no processo de registo eleitoral, o governo não concedeu apoio financeiro as igrejas. Por conseguinte, a igreja realiza todo este trabalho com recursos escassos oferecido pelas organizações internacionais. Manifestou-se o sentimento que o governo deve prestar apoio financeiro as igrejas durante o processo de registo eleitoral.

Reunião com a Comunicação Eleitoral

A Missão foi informada que a imprensa esteve envolvida na divulgação de informação cívica e que os seus membros foram treinados nesta área. Os representantes da imprensa presentes argumentam que receberam educação cívica e informação concedida pelo MAT e CNE. Contudo, a Missão observou que a imprensa em Angola ainda se encontra na sua fase embrionária e que não se realiza jornalismo investigativo. Em algumas áreas rurais, não há circulação de jornais, televisão nem mesmo de rádio. Um estudo realizado pelo PNUD em Setembro de 2004, estimou que cerca de 30% dos angolanos não tem acesso á imprensa electrónica (Rádio e Televisão) ou jornais. A falta de acesso á informação é ainda superior em algumas províncias tais como Lunda Norte (54%) e Malange (53%).

Reunião com os Parceiros de Cooperação Internacional

O Chefe da Missão do Fórum informou aos parceiros de cooperação que apesar dos desafios na realização do registo eleitoral depois de 30 anos de guerra civil, de modo geral, os intervenientes estão satisfeitos com o processo de registo eleitoral. Durante as discussões sobre esta matéria, várias questões, foram levantadas:

- Mencionou-se que algumas pessoas estavam a relutantes em registar-se devido aos acontecimentos de 1992, que resultou na guerra civil logo depois das eleições.
- O governo instruiu que a informação sobre a educação cívica devia ser administrada pelo governo de forma a evitar confusão e que o governo está a financiar a educação cívica
- A USAID manteve um relacionamento de longa data com o Fórum a medida que financiou algumas das suas missões de observação eleitoral anteriormente. A USAID tem algumas subvenções ligeiras para apoiar as equipas de educação cívica nas províncias.
- A União Europeia não foi convidada a observar o processo de registo eleitoral, a CNE e o MAT não solicitaram apoio eleitoral da União Europeia, não obstante, essa ter manifestado o seu interesse.
- A Noruega está a apoiar várias ONGs na educação cívica
- As preocupações do Fórum relativamente a ausência da prática de jornalismo investigativo para obtenção de informações a partir das comunidades básicas e a falta de jornais nas comunidades rurais foi de igual modo partilhada pelos parceiros de cooperação.

- A CICA e as ONGs precisam de apoio externo para o trabalho que desempenham no registo eleitoral e educação cívica a medida que não obtiveram financiamento do governo.
- Foram disponibilizados mapas de localização das comunidades.

A reunião identificou as seguintes boas práticas observadas no processo de registo eleitoral:

- Manutenção dos centros de registo abertos durante os fins de semana para permitir que os cidadãos que trabalham durante os dias de semana pudessem registar-se,
- A prorrogação das horas de registo
- Criação de equipas móveis com o objectivo de aproximar os centros de registo às comunidades
- Informatização do processo de registo eleitoral, e
- Uso de testemunhas para os cidadãos que não tenham bilhete de identidade para conceder aos cidadãos maior oportunidade de se registarem.

Visitas de campo aos Centros de Registo

Na Quarta-feira, 21 de Março de 2007, e na Quinta-feira, 22 de Março de 2007, as equipas da Missão visitaram os Centros de Registo Eleitoral nas províncias de Luanda, Bengo, Huambo e Namibe com o objectivo de observar em loco a forma como o registo eleitoral está sendo realizado. A composição das equipas da Missão foi a seguinte:

Equipa da Província de Luanda

Distinto Richard Nyaulawa (Tanzânia)
Distinto Jeronimo Malagueta (Moçambique)
Sr. Jaime Numaio (Secretário)

Equipa da Província do Bengo

Distinto Situdi J. Nkhoma (Malawi)
Distinta Margaret C. Pote (Zimbabwe)
Sr. Amos Maziya (Secretário)

Equipa da Província do Huambo

Distinto Botlogile Tshireletso (Botswana)
Distinto David Matongo (Zâmbia)
Sr. Christian Ratsakatika (Secretário)

Equipa da Província do Namibe

Distinta Açucena Duarte (Moçambique)
Distinto McHenry Venaani (Namíbia)
Sra. Grace Goncalo (Secretário)

Equipa do Chefe da Missão/Província de Luanda

Distinto Duke Lefhoko (Botswana)
Distinta Bella Katamzi (Suazilândia)
Sr. Ollium Phiri (Secretário)

Todas as Equipas de Observação foram acompanhadas por intérpretes. Durante a observação do processo de registo nos CREs, as equipas seguiram a Lista de Verificação do Dia de Registo como instrumento de orientação de observação. Na sua totalidade, as equipas observaram que os centros de registo eleitoral foram geridos por funcionários do sexo masculino e feminino, sendo os funcionários do sexo masculino a maioria. Tais funcionários eram muito jovens. O processo de registo foi informatizado. Os funcionários de registo foram treinados em informática. Apesar de alguns problemas ligeiros ocorridos com alguns computadores que só podiam processar um número limitado de registo por dia, o processo decorreu normalmente, com a duração aproximada de 5 a 10 minutos para o atendimento de cada cidadão. O processo de registo aparentou ser transparente. Não se registou qualquer intimidação dos candidatos. Registou-se a comparência de número elevado de cidadãos nos centros. Os agentes confirmaram que o processo estava a decorrer normalmente. Foram disponibilizados geradores de eletricidade nos centros onde não havia a garantia de fornecimento de eletricidade. Registou-se a comparência elevada de jovens para procederem o registo. Contudo, não parece que se está a prestar qualquer atenção especial aos idosos, os deficientes e as mulheres grávidas. As equipas notaram a ausência de cartazes sobre o registo eleitoral. A imprensa electrónica e escrita não foram utilizadas de forma eficaz para divulgar informações relacionadas com o registo eleitoral, especialmente nas áreas rurais.

CAPÍTULO 6:

CONSTATAÇÕES CONSOLIDADAS

O facto de 6 dos membros da CNE serem candidatos dos partidos políticos, levantou questões sobre até que ponto a CNE pode ser considerada como imparcial na gestão do processo eleitoral e neste caso no registo eleitoral. Esta situação também levantou algumas questões relacionadas sobre até que ponto os intervenientes, especialmente os partidos políticos, podem confiar no processo, como sendo livre de qualquer interferência pelos intervenientes principais.

Estrutura Legal Eleitoral Actual para Realização de Eleições

A Missão observou que o processo de registo eleitoral foi realizado com base na Constituição de 1992, a Lei Eleitoral Número 6/05, Lei sobre a Observação Eleitoral Internacional Número 4/05, a Lei sobre os Partidos Políticos Número 2/05, a Lei sobre o Financiamento dos Partidos Políticos, a Lei sobre o Registo Eleitoral Número 3/05, e o Código Eleitoral de Conduta. Neste sentido, mais duas leis sobre o Direito de Acesso à Informação concentrada na Atribuição do Tempo de Antena, e Código Nacional dos Serviços de Rádiodifusão deveriam ser aprovados antes das Eleições Legislativas de 2008.

As Eleições Legislativas a serem realizadas entre Maio a Agosto de 2008, também serão realizadas em conformidade com a Constituição de 1992. A Missão ficou com a impressão que ao aprovar estas leis, os Angolanos poderiam aproveitar a experiência ganha na observação eleitoral em outros países da SADC sob os auspícios do Fórum a medida que participaram como membros activos em todas as actividades do Fórum. A Missão é de opinião que existem bases jurídicas razoáveis para a realização do registo eleitoral de 15 de Novembro de 2006 a 15 de Junho de 2007. O processo de registo eleitoral e a realização de Eleições Legislativas e Presidenciais em 2008 e 2009 respectivamente.

Órgãos de Gestão Eleitoral

A Missão constatou a existência de três instituições fundamentais na gestão do processo eleitoral de modo geral e o registo eleitoral a nível nacional em particular, nomeadamente o MAT, órgão do governo responsável por toda logística relacionada com a organização das eleições. O Ministério também esteve a trabalhar em parceria com o CIPPE cujos os membros são provenientes da própria MAT, o Ministério do Interior, e o Ministério dos Correios e Telecomunicações, e a CNE que jogou um papel de supervisor para garantir que o processo de registo eleitoral decorra regularmente em todo país e assumiu as medidas correctivas necessárias nos casos onde tenha havido constrangimentos. Para além disso, o MAT criou um Grupo de Trabalho de logística para apoiar de forma eficaz o processo de registo eleitoral. Importa realçar que estes órgãos foram duplicados a nível provincial e municipal.

A CNE merece menção especial por ser o órgão central na maioria dos países da SADC que se responsabiliza pela organização e gestão da totalidade do processo eleitoral. A CNE é composta por 11 membros, nomeadamente:

- 6 membros nomeados pela Assembleia Nacional, da seguinte forma: 3 provenientes do partido no poder, 2 provenientes do maior partido da oposição e 1 do Segundo maior partido da oposição,

- 2 membros nomeados pelo Presidente da República
- 1 membro que é o Presidente, na situação actual, um Vice Presidente Juiz do Tribunal Supremo, nomeados pelo Tribunal Supremo.
- 1 membro do Ministério da Comunicação Social, e
- 1 Membro do Ministério da Administração Territorial

O facto de 6 dentre os 11 membros da CNE terem sido candidatos de partidos partidos, levantou questões sobre até que ponto a CNE pode ser considerada como imparcial na gestão do processo eleitoral, em particular no registo eleitoral. Esta situação também levantou questões sobre até que ponto os demais intervenientes, especialmente os partidos políticos, podem confiar no processo de registo eleitoral para que este esteja isento de interferência por parte dos intervenientes principais.

Neste sentido, a Missão auscultou as preocupações relativamente a nomeação de um Vice Juiz do Tribunal Supremo ao cargo de Presidente da CNE. Alguns intervenientes manifestaram o receio de possível conflito de interesse. Este assunto requer maior esclarecimento pelas autoridades do governo de forma a fortalecer a confiança na CNE.

A Missão notou também que os papéis dúplos de administradores provinciais e municipais como sendo oficiais eleitos. Por um lado as funções de administradores de eleições e por um lado desempenham as funções de supervisores. Esta situação pode ser considerada como conflito de interesse relativamente a resolução de litígios eleitorais.

Participação do Género e Representação

A Missão foi informada que 60% dos eleitores registados eram homens. Em relação a população, contudo, assume haver mais mulheres do que homens (não obstante não haver qualquer dado estatístico para comprovar esta presunção). Os motivos apresentados para justificar a baixo número de candidatas do sexo feminino inclui os baixos níveis de alfabetização dentre as mulheres, níveis elevados de pobreza, as preocupações das mulheres em ganhar um rendimento para as suas famílias e a atribuição de CREs distantes da local de trabalho das mulheres. Não obstante os esforços de educação cívica louvável por algumas organizações da sociedade civil e as Igrejas para educarem não só as mulheres mas também os homens bem como o processo de registo eleitoral continuo e a necessidade de exercitar os seu direito democrática de voto.

Preocupados com a baixa taxa de eleitoras do sexo feminino e em reconhecimento do Dia Internacional da Mulher, o MAT declarou o mes de Março de 2007, como um esm especial para realização de campanhas para o registo das mulheres. Em resultado desta iniciativa 60,000 mulheres foram registadas durante somente 4 dias. O Ministério também introduziu equipas de registo móveis de forma a aproximar os centros de registo as populações, especialmente nas áreas rurais onde a população esta dispersa. Em adição, os Sabados foram somente designados como dias de registo eleitoral, pelo que estes esforços foram altamente louváveis.

Durante as visitas de campo, os Centros de Registo Eleitoral, a Missão observou que houve mais homens nas equipas de registo do que mulheres. A explicação desta disparidade podera estar na base do baixo nível de alfabetização e elevado níveis de pobreza dentre as mulheres que impede o seu envolvimento e participação activa na política.

Com relação a representação das mulheres em cargos de tomada de decisões e nas estruturas dos partidos políticos, a situação ainda tem muito a melhorar. Na interação com o governo e dos os partidos políticos, a Missão constatou que estão a falar da cifra de 30% da SADC de 1997, que foi agora elevada para 50% nos padrões da SADC em 2005. A Missão é de opinião que ainda existe espaço para consciencialização a nível do governo e das estruturas políticas de forma a alcançar o equilíbrio no género. Os partidos políticos devem servir de alvos desta consciencialização de forma a incluírem mais mulheres candidatas nas Eleições Legislativas de 2008.

Involvimento dos Intervenientes e Participação no Processo de Registo Eleitoral

Com base na sua interação com o MAT, a CNE, o Grupo Nacional dos Deputados da SADC e a Plataforma das ONGs, o Conselho Nacional das Igrejas, os Governadores Provinciais e os Administradores, e as visitas ao Centro de Registo Eleitoral, a Missão e do ponto de vista que o Governo de Angola estava a envidar todo esforço para realização de um processo de recenseamento eleitoral completamente inclusivo. A maioria dos intervenientes parece manifestar-se satisfação com a forma como o registo eleitoral estava a progredir. Apesar dos desafios existentes e dos constrangimentos, (estradas destruídas, minas de guerra espalhadas em todo lado nas localidades rurais, imprensa electrónica e escrita inadequada em particular nas áreas rurais, organizações cividas fracamente financiadas e grupos religiosos), os intervenientes sentiram que foram inadequadamente envolvidos no processo. Este sentido de envolvimento por todos os intervenientes foi fundamental para os intervenientes de edificação de paz e um processo de registo eleitoral. Os intervenientes aguardavam com entusiasmo por processo de registo eleitoral adequado um processo justo, credível e legítimo. Os intervenientes estavam todos engajados em fazerem dos Acordos de Paz de 2002, uma característica permanente do povo angolano.

A Comunicação Social

A Missão observou que a Comunicação Social foi capaz de obter acesso a informação relacionada com o registo de informação a partir do MAT para divulgação ao povo. Não houve qualquer reclamação por parte da comunicação social com relação a obtenção de informação a partir da MAT, a CNE e os demais intervenientes. Contudo, a Missão notou que a maioria das câmaras dos meios são pertencentes ao governo. A comunicação social privada ainda se encontra numa fase inicial e precisa de ser promovida. O Jornalismo Investigativo ainda está em falta. As áreas rurais foram cobertas em termos de imprensa escrita (jornais) e electrónica (televisão e rádio), mas a cobertura foi inadequada.

Calendário Eleitoral

A diferença de alguns países da SADC, onde as datas das eleições foram fixadas, Angola continua no grupo dos países em que as datas das eleições são anunciadas pelo Presidente da República em altura conveniente. Esta situação não está em conformidade com as Normas e Padrões para realização de eleições na Região da SADC. Manter das datas das eleições em sigilo não constitui uma boa prática. Esta é uma prática que está desaparecida, por ser considerada desvantajosa para os partidos da oposição. Apesar das datas específicas para realização das eleições legislativas de 2008 não serem conhecidos, a Missão foi informada que as eleições seriam realizadas em Maio e Agosto de 2008. Esta recomendação foi subsequentemente emendada na reunião do Comité Permanente para a Democracia, Governação e Igualdade do Género, realizada em Windhoek, Namíbia, no dia 3 de Junho de 2007, depois de ter sido prestada a informação de que “há de facto um quadro para o anúncio final da data das eleições, que depende de uma comunicação por parte da Comissão Nacional Eleitoral (CNE). Foi, portanto, observado que a legislação eleitoral existente em Angola obedece às normas e padrões eleitorais com relação à data das eleições.”¹

¹ Extracto da página 3 do Relatório do Comité Permanente para a Democracia, Governação e Igualdade do Género, apresentado à sessão da 22ª Assembleia Plenária, em Windhoek, Namíbia, no dia 7 de Junho de 2007.

A Juventude

Durante a sua visita aos Centros de Recenseamento Eleitoral nas Províncias de Luanda, Bengo, Huambo e Namíbia, a Missão observou um número elevado de jovens nas filas aguardando pela sua vez para votarem. Registou-se um fluxo elevado de jovens nos Centros de Registo de Luanda. Esta situação pode ser explicado pelo facto de ter havido mais publicidade da educação cívica através da rádio, televisão e jornais em Luanda em comparação a outras províncias. Este poderá também ser um indicativo da juventude desejar determinar o seu futuro político. De modo geral, a Missão apreciou o envolvimento activo da juventude na promoção de um processo democrático no país.

Maturidade política

A Missão foi informada que existem 126 partidos políticos no país, o que representa um sinal de uma democracia crescente pela existência de inúmeros partidos políticos no princípio do processo que poderiam reduzir a medida que a democracia se fortifica-se. Vários partidos políticos pode também significar um processo de mudança de um sistema mono partidário para uma democracia multipartidária. A Missão foi de opinião que o ambiente político actual carece de uma gestão cuidadosa para a cultura democrática considerer como base.

Divulgação do Registo Eleitoral

A Missão não deparou-se com qualquer material publicitário sobre registo eleitoral tais como cartazes nas localidades por onde passaram em Luanda, ou mesmo nas demais províncias visitadas, contudo, os cartazes são instrumentos importantes para publicação de registo eleitoral bem como informações relacionadas com as eleições .

Dados Estatísticos

A Missão observou que o processo de recenseamento eleitoral estava sendo realizado numa situação em que havia muito pouca estatística autentica. Não realizou-se qualquer censo durante os últimos 30 anos. A cifra estimada de 14 milhões da população de Angola e os 7.5 milhões de potenciais eleitores era por tanto uma estimativa adivinhada. Para um processo de registo eleitoral exacto, houve a necessidade de obter-se informações exactas sobre a população do país na sua totalidade bem como nas províncias e municípios específicos.

Desafios enfrentados pelo processo de registo eleitoral

Ambos o governo e os demais intervenientes aguardam com entusiasmo por um processo de registo eleitoral bem sucedido como base para um processo de eleições livre, credíveis e legítimas . Estes estão todos engajados para o alcance deste. Contudo, existem vários desafios na organização do registo eleitoral e eleições numa situação de pós guerra, incluindo rede rodoviária, pontes e aeroportos provinciais destruídos o que dificulta a circulação das pessoas, mais de 1,000 minas de guerra estão espalhadas em todo país, estima-se que 4 milhões de deslocados internos, refugiados, e 15 anos sem qualquer experiência eleitoral. Não existe qualquer informação estatística relativamente ao tamanho da população no país. A sociedade civil e as organizações religiosas trabalham com recursos muito escassos no desenvolvimento da educação cívica e dos programas de campanhas de registo eleitoral. Neste contexto, o governo considera-se o único órgão capaz de organizar e preparar o processo de registo eleitoral, as eleições legislativas e presidenciais de 2008 e 2009, e garantir a estabilidade no processo.

Boas práticas

A Missão notou, durante a observação do processo de registo eleitoral de Angola, as seguintes boas

práticas:

- i. O registo eleitoral obrigatório que não constitui uma violação punível, contudo incentiva os cidadãos a registarem-se para fins de exercerem o seu direito democrática de voto
- ii. Utilização de tecnologia informática, tendo acelerado o processo de registo para cinco minutos, não obstante os problemas surgidos inicialmente durante a sua aplicação
- iii. Uso de brigadas móveis para o registo eleitoral para facilitar que os centros de registo estivessem acessíveis as populações nas áreas rurais remotas, por exemplo as mulheres que trabalham nos mercados e que não podem ausentar-se dos seus negócios por muito tempo enquanto fossem registar-se
- iv. Disponibilização de financiamento público no montante de US\$ 200,000.00 para cada partido político com vista a prestar apoio aos seus agentes do partidos durante o registo eleitoral
- v. Financiamento público dos partidos políticos de forma a participarem no processo eleitoral
- vi. Envolvimento de vários intervenientes no processo de registo eleitoral como forma de tornar-lhe mais inclusivo, credível e legítimo,
- vii. A abertura dos intervenientes dos MAT
- viii. A realização do processo de registo eleitoral nos Sábados permitindo que os cidadãos que trabalhem durante os dias de semana pudessem registar-se
- ix. Uso de testemunhas (autoridades tradicionais, pastores e cidadãos idosos) para apoiar a confirmação da identidade daqueles que não tenham bilhete de identidade de forma a permitir o maior numero de cidadãos se registre
- x. Criação de uma campanha especial de registo eleitoral para as mulheres, e
- xi. A criação de um orçamento separado para a CNE ao contrário da prática em outros países onde o orçamento das Comissões Eleitorais fez parte do orçamento do Ministério do Interior ou outros Ministérios

CAPÍTULO 7:

RECOMENDAÇÕES

A Missão proferiu as seguintes recomendações com o objectivo de fortalecer a implementação eficaz do processo de registo eleitoral e do processo eleitoral na totalidade:

1. O governo e os parceiros de desenvolvimento devem trabalhar colectivamente para providenciar apoio financeiro adequado às organizações da sociedade civil (ONG locais e as Igrejas) para permitir que elas cubram todo território nacional e todas as secções da sociedade;
2. O MAT deve garantir que o público esteja informado através da comunicação social e regularmente sobre a localização e movimentos das brigadas de registo. Existe também uma necessidade urgente para que MAT criar gabinetes de relações públicas/informações a nível nacional, provincial e municipal de forma a garantir que o público, observadores e partidos políticos tenham fácil acesso à informação sobre o processo de registo;
3. a transparência e a confiança pública no processo de registo eleitoral poderá ser fortalecida se os observadores e a comunicação social tivessem acesso a todas as fases do processo eleitoral, incluindo a compilação final dos dados de registo pelo MAT;
4. De forma a aumentar a transparência e responsabilidade, o CIPPE e o CNE devem garantir que nenhum dos seus funcionários desempenham duplas funções de registo e de supervisão. Esta recomendação surge da preocupação levantada por alguns intervenientes em que os oficiais da CIPPE a nível provincial (CPE) também trabalham com a CNE;
5. O papel da comunicação social na informação e consciencializa do público sobre os processos relacionados com as eleições não podem ser subestimados. A este respeito, a imprensa deve jogar um papel mais activo no processamento da informação de educação cívica eleitoral de uma forma mais fácil de ser utilizada e nas várias línguas com vista a divulgar tal informação ao público, especialmente a população rural;
6. A CNE deve facilitar a criação de comités de interação com os partidos bem como para gestão de conflitos tendentes a facilitar uma plataforma mais formal e sistemática para o intercâmbio de informação e para mitigação dos litígios relacionados com as eleições ;
7. O governo deve fortemente considerar a publicação de um calendário eleitoral, incluindo o período em que as eleições serão realizadas de forma a permitir que os intervenientes no processo eleitoral se preparem de forma adequada para as eleições ;
8. O governo deve fortemente considerar a separação de poderes entre o estado, governo e o partido de forma a evitar conflito de interesse na resolução de litígios eleitorais;
9. Na tentativa de alcançar igualdade no género nos cargos de tomada de decisão e nomeação para os cargos políticos em todas as partes, o governo e partidos políticos da oposição devem aproveitar a cifra actual de 50% da SADC ao em vez da cifra de 30% da SADC de 1997. Neste sentido, o treinamento em equilíbrio no género para todos os partidos políticos poderá contribuir para o alcance da cifra de 50%;
10. Para o registo eleitoral futuro e gestão eleitoral, o governo deverá considerar fortemente o uso de um órgão de gestão eleitoral independente singular para evitar a confusão e aumentar a transparência e a credibilidade ao em vez dos acertos actuais em que ambos a MAT e o CNE estiveram envolvidos no processo;

11. O governo e os parceiros de cooperação devem fortemente considerar o desenvolvimento de uma imprensa privada e a formação de todos os profissionais de imprensa em jornalismo investigativo de forma a permitir o fortalecimento da comunicação social para que este joga um papel eficaz como agente de acompanhamento não só com relação ao desenvolvimento de uma cultura democrática, mas também em outras áreas de desenvolvimento nacional;e
12. O governo deverá fortemente considerar a realização de um censo nacional logo depois das eleições legislativas e presidenciais de 2008/2009 de forma a permitir o estabelecimento de informação exacta e válida sobre a dimensão da população e a distribuição não só para fins das eleições, mas também serve para outras iniciativas de desenvolvimento.

ANEXOS

Anexo 1

FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC

MISSÃO DE REGISTO ELEITORAL A REPÚBLICA DE ANGOLA

19 – 24 DE MARÇO DE 2007

COMUNIDADE PRELIMINAR

A. INTRODUÇÃO

Uma delegação de 21 membros do Fórum Parlamentar da SADC (Fórum), chegou a Luanda na Segunda-feira, 19 de Março de 2007 e observou o registo eleitoral quarto das dezoite províncias da República da Angola.

A delegação foi chefiada pelo ultimo e mais recente Vice Presidente do Fórum e Deputado do Botswana, Sua Excia Gobopang Duke Lefhoko. Os demais membros da delegação foram provenientes dos parlamentos do Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue. Integrou também a delegação o Secretário Geral do Fórum, Dr. Kasuka Mutukwa e funcionários dos Parlamentos Membros bem como do Secretariado sediado em Windhoek².

O desdobramento da Missão de observação e feito em conformidade com as decisões da Assembleia Plenária do Fórum e com as disposições da Constituição do Fórum que de forma colectiva mandata o Fórum a responsabilidade colectiva de promoção da democracia, boa governação, igualdade no género, direitos humanos e o desenvolvimento de mediação de conflito, através dos processos eleitorais, dentre outras estratégias.

Em cumprimento deste mandato, em Março de 2003, o Fórum enviou uma missão de boa vontade composta por 8 membros no sentido de manterem consultas com os intervenientes do processo de paz e as perspectivas para realização de eleições em sequência da assinatura de um acordo de paz historico no dia 04 de Abril de 2002. O processo eleitoral recém terminado constitui uma resposta directa ao inicio do registo eleitoral na República de Angola, que teve inicio no dia 15 de Novembro de 2006, e preve-se a sua conclusão no dia 15 de Junho de 2007.

B. TERMOS DE REFERÊNCIA DA MISSÃO

Os Termos de Referência da Missão foram os seguintes:

1. Avaliação do processo de registo eleitoral relativamente a participação alargada dos potenciais eleitores, a adequacidade das facilidades e do tempo atribuido para este fim;
2. Avaliação do nível de educação cívica realizado antes e durante o período de registo eleitoral tendentes a garantir que o maior número de cidadãos possível de ambos géneros sejam capazes de se registarem;

²A lista completa da delegação está anexada como Anexo 1

3. realização de uma análise do género do processo para determinar os níveis de consciencialização e participação relative das mulheres e dos homens, como candidatas e como agentes eleitorais;
4. observação e verificação da imparcialidade e o funcionamento das autoridades responsáveis para o registo eleitoral conforme estipulado pela leis da República de Angola;
5. Avaliação do estado de eficacia e eficiencia dos mecanismos implementados pelas autoridades tendentes a facilita um processo de registo consultivo e inclusivo a todos;
6. Consulta de uma amonstra representativa dos participantes relativamente a realização do processo. Estes intervenientes deverão incluir cidadãos comuns, partidos políticos, departamentos do governo competentes, organizações da sociedade civil locais, organizações religiosas, organizações regionais e internacional e a comunidade internacional/diplomatica; e
7. familiarização da Missão com os preparativos para as eleições na República de Angola como parte dos preparativos para observação das eleições sempre que realizadas;

A Missão irá compilar um relatório detalhado sobre as suas observações, constatações e recomendações, relativamente ao processo de registo em curso como uma condição sine qua non para a organização e realização de eleições credíveis. O relatório irá de igual modo realçar as áreas em que o Fórum e as instituições locais, regionais e nternacional apoiariam o governo e o povo angolano a alcançar este objectivo.

C. METODOLOGIA

A quando da sua chegada no país, a Missão manteve reuniões consultivas com dentre outros, o Grupo Nacional da SADC e Comité Parlamentar de Relações Externas, o Ministro da Administração Territorial (MAT), que é também o Presidente da Comissão Inter-ministerial para as Eleições (acronimo em portugues CIPPE), a Comissão Nacional Eleitoral (CEN), representantes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no poder, União Nacional Para a Independencia Total de Angola (UNITA), PRS, Frente Nacional para Liberação de Angola (FNLA) e o Partido Liberal Democrático (LDP). Também foram realizadas consultas com organizações não governamentais, organizações internacionais e parceiros de desenvolvimento, representantes das organizações de comunicação social. Na Quarta-feira, 21 de Março de 2007 e na Quinta-feira, 22 Março, 2007, a Missão visitou os centros de registo eleitoral (CRE) nas províncias de Luanda, Huambo, Bengo e Namibe onde mantiveram consultas com outros interveniente eleitorais e as autoridades do governo naquelas províncias.

A delegação também efectuou uma visita de cortesia ao Presidente da Assembleia Nacional sua Excelência Roberto de Almeida.

D. CONSTATAÇÕES

1. Estrutura Eleitoral Actual para Realização de Eleições

A Missão observou que o registo eleitoral e feito com base na constituição de 1992, Lei Eleitoral Número 6/05, Lei sobre Observação Eleitoral Internacional Número 4/05, a Lei sobre os Partidos políticos Número 2/05, Lei sobre o Financiamento dos Partidos políticos, a Lei sobre o Registo Eleitoral Numero 3/05 e o Código de Conducta Eleitoral. Nesta base, mais duas eleis as leis sobre o Direito de Acesso a Comunicação Social (1) que se concentra na Atribuição do Tempo e Antena, e (2) Código Nacinal dos Servicos de Rádio Difusão deverão ser aprovadas antes das Eleições Legislativas de 2008. As Eleições Legislativas agendadas para serem realizade dentre Maio e Agosto de 2008 também serao realizadas com base na Constituição de 1992. A Missão ficou com a

impressão que os Angolanos poderiam ter beneficiado da sua participação na observação eleitoral em outros países da SADC sob os auspícios do Fórum a medida que foram membros activos em todas as actividades do Fórum. A Missão é de opinião que para este processo existem bases jurídicas legais normais para realização do processo de registo eleitoral actual e para realização das eleições legislativas e presidenciais de 2008 e 2009.

2. Órgãos de Gestão Eleitoral

A Missão constatou a existência de três instituições fundamentais a gerirem o processo eleitoral de modo geral e o recenseamento eleitoral a nível nacional em particular. Estas instituições são o MAT, o órgão do governo responsável pela disponibilização logística para os preparativos e organização das eleições. O MAT criou um Grupo de Trabalho para a Logística de forma a apoiar de forma eficaz o processo de registo eleitoral. O Ministério está a trabalhar em parceria com a CIPPE cujos os membros são a própria MAT, o Ministério do Interior, e o Ministério dos Correios e Telecomunicações, e o CNE que joga um papel de supervisor para garantir que o processo de registo eleitoral decorra de forma normal e correcta em todo país e que se tome todas as medidas necessárias nos casos onde haja constrangimentos. Importa realçar que estes órgãos são duplicados a nível provincial e municipal.

A CNE merece menção especial sendo o órgão central na maioria dos Estados Membros da SADC que organiza eleições e gere a totalidade do processo. A CNE é composta por 11 membros nomeadamente

- 6 membros nomeados pela Assembleia Nacional, da seguinte forma: 3 provenientes do partido no poder, 2 provenientes do maior partido da oposição e 1 do Segundo maior partido da oposição,
- 2 membros nomeados pelo Presidente da República
- 1 membro que é o Presidente, na situação actual, um Vice Presidente Juiz do Tribunal Supremo, nomeados pelo Tribunal Supremo.
- 1 membro do Ministério da Comunicação Social, e
- 1 Membro do Ministério da Administração Territorial

O facto que 6 dentre of 11 membros da CNE serem candidatos dos partidos políticos, levanta questões, sobre até que ponto a CNE pode ser considerada como imparcial na gestão do processo eleitoral e neste caso do registo eleitoral. Esta situação também levanta a questão sobre até que ponto os intervenientes, especialmente os partidos políticos podem depositar confiança no processo de recenseamento eleitoral de forma a estar isento de qualquer interferência pelos intervenientes chaves.

Em adição, a Missão tomou conhecimento de algumas preocupações sobre a nomeação do Vide Juiz do Tribunal Supremo como Presidente da CNE. Alguns intervenientes manifestaram a preocupação de um possível conflito de interesse. Este assunto requer esclarecimento das autoridades de forma a fortalecer a confiança dos intervenientes na CNE.

A Missão constatou ainda que os administradores provinciais e municipais que são oficiais eleitos ocupam papéis duplos. Estes são administradores das eleições por um lado e superiores das eleições por outro lado. Existe a probabilidade de haver conflito de interesse quando se trata de resolução de litígios eleitoral.

3. Participação do Género e Representação

A Missão foi informada que até a presente data 60% dos eleitores registados são homens. Em termos populacionais, contudo, presume-se que ha mais mulheres do que homens (não obstante não haver qualquer comprovativo estatístico sobre esta presunção). Os motivos apresentados do baixo indice de candidados do sexo feminine incluem o baixo nível de alfabetização dentre as mulheres, ao elevado nível de pobreza, as mulhres

Com relação a preocupação do baixo indice de mulheres candidates e em reconhecimento do Dia das Mulheres, a MAT declarou o mes de Março de 2007, como mes especial para realização de campanha para o eleitores do sexo feminino. Em resposta a esta iniciativa 60,000 mulheres foram registadas durante somente 4 dias em Luanda. O Ministério também introduziu brigadas móveis de forma a aproximar os centros de registo aos cidadãos, especialmente nas áreas rurais em que a população se encontra dispersa. Para alem disso, os Sábados foram designados como dias de registo eleitoral. Estes esforços foram em grande medida louvados.

Relativamente as visitas do VCRs, a Missão observou que houve mais homens nas brigadas de registo do que mulheres. A explicação deste facto foi de deve ao baixo indice de alfabetização das mulheres e o alto nível de pobreza dentre as mulheres que afecta negativamente a sua participação/ envolvimento na política.

A respeito da representação das mulheres nos cargos decisorios, e nas estruturas políticas do partido, a situação ainda carece de muitas melhorias. Na interação, com o governo e os partidos políticos, a Missão constatou que ainda se fala da cifra de 30% de 1997, que foi substituida pela cifra de 50% da SADC em 2005. A Missão e de opinião que ainda precisasse de fazer muita consciencialização nas estruturas do governo e dos partidos políticos de forma a se alcansar o equilibrio no género. Os partidos políticos devem ser o salvos deste consciencialização para que incluam mais mulheres candidatos para as Eleições Legislativas de 2008.

4. Involvimento dos Intervenientes e Participação no Processo de Registo Eleitoral

A partir da sua interação com o MAT, a CNE, o Grupo Nacional de Deputados da SADC, a Plataforma das ONGs, o Conselho Nacional das Igrejas, os Governadores e Administradores Provinciais e as visistas ao VCRs, a Missão e de opinião que o Goerno esta a fazer tudo ao seu alcance para criação de um processo eleitoral inclusivo e de registo eleitoral. A maior parte dos intervenientes parecem estar satisfeitos com a forma como o processo esta sendo conduzido. Não obstante os constrangimentos e desafios actuais, estradas destruidas, minas de guerra, imprensa electrónica e escrita inadequada especialmente nas áreas rurais, organizações cívicas e igrejas devidamente financiadas), os intervenientes são de opinião que estão devidamente envolvidos no processo. Este sentido de envolvimento por todos os intervenientes e fundamental para o processo de construção de paz e um processo de registo eleitoral inclusivo. Os intervenientes aguardam com entusiasmo por um processo de registo eleitoral adequado como base para realização de um processo eleitoral justo, credível e legítimo. Os intervenientes estão todos engajados em fazer com que o Acordo de Paz de 2002, seja um character permanente do povo angolano.

5. Comunicação Social

A Missão observou que a Comunicação Social tem a capacidade de obter informações sobre o registo eleitoral a partir do MAT, para divulgação ao povo. Não existe qualquer reclamação por parte

da comunicação social sobre o acesso a informação a partida do MAT, CNE e outros intervenientes. Contudo, a Missão constatou que a maioria da câmaras de comunicação social pertencem ao governo. A Imprensa Privada ainda se encontra numa fase embrionária e precisa de ser promovida. O jornalismo investigativo ainda não existe. As áreas rurais não estão devidamente localizadas em termos de jornais, televisão, rádio.

Calendário Eleitoral

A diferença de alguns países da SADC, onde as datas das eleições foram afixadas, Angola continua no grupo dos países em que as datas das eleições são anunciadas pelo Presidente da República numa altura conveniente. Esta situação não está em conformidade com as Normas e Padrões do Fórum para realização de eleições na Região da SADC. Manter as datas das eleições em sigilo não constitui uma boa prática. Esta é uma prática que está desaparecendo, por ser considerada desvantajosa para os partidos da oposição. Apesar das datas específicas para realização das eleições legislativas de 2008 não serem conhecidos, a Missão foi informada que as eleições seriam realizadas em Maio e Agosto de 2008.

7. A Juventude

Durante a sua visita aos Centros de Recenseamento Eleitoral nas Províncias de Luanda, Bengo, Huambo e Namíbia, a Missão observou um número elevado de jovens nas filas aguardando pela sua vez para votarem. Registou-se um fluxo elevado de jovens nos Centros de Registo de Luanda. Esta situação pode ser explicada pelo facto de ter havido mais publicidade da educação cívica através da rádio, televisão e jornais em Luanda em comparação a outras províncias. Este poderá também ser um indicativo da juventude desejar determinar o seu futuro político. De modo geral, a Missão apreciou o envolvimento activo da juventude na promoção de um processo democrático no país.

8. Maturidade política

A Missão foi informada que existem 126 partidos políticos no país, o que representa um sinal de uma democracia crescente pela existência de inúmeros partidos políticos no princípio do processo que poderiam reduzir a medida que a democracia se fortifica-se. Vários partidos políticos pode também significar um processo de mudança de um sistema mono partidário para uma democracia multipartidária. A Missão foi de opinião que o ambiente político actual carece de uma gestão acutelada para a cultura democrática considerar como base.

9. Divulgação do Registo Eleitoral

A Missão não deparou-se com qualquer material publicitário sobre registo eleitoral tais como cartazes nas localidades por onde passaram em Luanda, ou mesmo nas demais províncias visitadas, contudo, os cartazes são instrumentos importantes para publicação de registo eleitoral bem como informações relacionadas com as eleições.

10. Dados Estatísticos

A Missão observou que o processo de registo eleitoral está sendo realizado numa situação em que havia muito pouco estatística autêntica. Não realizou-se qualquer censo durante os últimos 30 anos. A cifra de 14 milhões assumida da população de Angola e os 7.5 milhões de potenciais eleitores era por tanto uma estimativa. Para um processo de registo eleitoral exacto, houve a necessidade de obter-se informações exactas sobre a população do país na sua totalidade bem como nas províncias e municípios específicos.

11. Desafios enfrentados durante o registo eleitoral

Ambos o governo e os demais intervenientes aguardam com entusiasmo por um registo eleitoral bem sucedido como base por um processo de eleições livre, credíveis e legítimas. Estes estão todos engajados para o alcance deste. Contudo, existem vários desafios na organização do registo eleitoral e eleições numa situação de pós guerra, incluindo rede rodoviária, pontes e aeroportos provinciais destruídos o que dificulta a circulação das pessoas, mais de 1,000 minas de guerra estão espalhadas em todo país, estima-se que 4 milhões de deslocados internos, refugiados, e 15 anos sem qualquer experiência eleitoral. Não existe qualquer informação estatística relativamente ao tamanho da população no país. A sociedade civil e as organizações religiosas trabalham com recursos muito escassos no desenvolvimento da educação cívica e dos programas de campanhas de registo eleitoral. Neste contexto, o governo considera-se o único órgão capaz de organizar e preparar o processo de registo eleitoral e as eleições legislativas e presidenciais de 2008 e 2009, e garantir a estabilidade no processo.

12. Boas práticas

A Missão notou que em sequência da observação do processo de registo eleitoral de Angola registaram-se as seguintes boas práticas:

- i. O registo eleitoral obrigatório que não constitui uma violação punível mas motiva os indivíduos a registarem-se caso quisessem exercer o seu direito humano democrático de voto
- ii. Utilização de tecnologia informática que acelera o processo de registo a ciclo minutos não obstante os problemas iniciais na sua aplicação
- iii. Uso de brigadas móveis para o registo eleitoral para facilitar que os centros de registo estivessem acessíveis às populações nas áreas rurais remotas, por exemplo as mulheres que trabalham nos mercados e que não ausentam-se dos seus negócios por muito tempo enquanto fossem fazer o registo
- iv. Atribuição de financiamento público no montante de US\$ 200,000.00 para cada partido político para apoiar os seus agentes de partido durante o registo eleitoral
- v. Financiamento público dos partidos políticos para permitir-lhes que participem no processo eleitoral
- vi. Envolvimento de vários intervenientes no processo de registo eleitoral como forma de tornar-lhe mais inclusivo, credível e legítimo,
- vii. A abertura dos intervenientes dos MAT
- viii. Recenseamento eleitoral nos Sabados permitiu que os cidadãos que trabalham durante os dias de semana pudessem registar-se
- ix. Uso de testemunhas (autoridades tradicionais, pastores e idosos) para apoiar a candidatura daqueles que não tenham bilhete de identidade de forma a permitir que mais cidadãos se registassem
- x. Criação de uma campanha especial para as mulheres registarem-se, e
- xi. A criação de um orçamento separado para a CNE ao contrário da prática em outros países onde o orçamento das Comissões Eleitorais fez parte do orçamento do Ministério do Interior ou outros Ministérios

E. RECOMENDAÇÕES

A Missão teceu as seguintes recomendações com o objectivo de fortalecer a implementação eficaz do processo de registo eleitoral e do processo eleitoral na totalidade:

1. O governo e os parceiros de desenvolvimento devem trabalhar colectivamente para providenciar apoio financeiro adequado às organizações da sociedade civil (ONG locais e as Igrejas) para permitir que elas cubram todo território nacional e todas as secções da sociedade;
2. O MAT deve garantir que o público esteja informado através da comunicação social e regularmente sobre a localização e movimentos das brigadas de registo. Existe também uma necessidade urgente para que MAT crie gabinetes de relações públicas/informações a nível nacional, provincial e municipal de forma a garantir que o público, observadores e partidos políticos tenham fácil acesso a informação sobre o processo de registo;
3. A transparência e a confiança pública no processo de registo eleitoral poderá ser fortalecida se os observadores e a comunicação social tivessem acesso a todas as fases do processo eleitoral, incluindo a compilação final dos dados de registo pelo MAT;
4. De forma a aumentar a transparência e responsabilidade, o CIPPE e o CNE devem garantir que nenhum dos seus funcionários desempenham duplas funções de registo e de supervisão. Esta recomendação surge da preocupação levantada por alguns intervenientes em que os oficiais da CIPPE a nível provincial (CPE) também trabalham com a CNE;
5. o papel da comunicação social na informação e consciencialização do público sobre os processos relacionados com as eleições não podem ser subestimados. A este respeito, a imprensa deve jogar um papel mais activo no processamento da informação de educação cívica eleitoral de uma forma mais fácil de ser utilizada e nas várias línguas com vista a divulgar tal informação ao público, especialmente a população rural;
6. a CNE deve facilitar a criação de comités de interação com os partidos bem como para gestão de conflitos tendentes a facilitar uma plataforma mais formal e sistemática para o intercâmbio de informação e para mitigação dos litígios relacionados com as eleições;
7. O governo deve fortemente considerar a publicação de um calendário eleitoral, incluindo o período em que as eleições serão realizadas de forma a permitir que os intervenientes no processo eleitoral se preparem de forma adequada para as eleições;
8. O governo deve fortemente considerar a separação de poderes entre o estado, governo e o partido de forma a evitar conflito de interesse na resolução de litígios eleitorais;
9. Na tentativa de alcançar igualdade no género nos cargos de tomada de decisão e nomeação para os cargos políticos em todas as partes, o governo e partidos políticos da oposição devem aproveitar a cifra actual de 50% da SADC ao em vez da cifra de 30% da SADC de 1997. Neste sentido, o treinamento em equilíbrio no género para todos os partidos políticos poderá contribuir para o alcance da cifra de 50%;
10. Para o registo eleitoral futuro e gestão eleitoral, o governo deverá considerar fortemente o uso de um órgão de gestão eleitoral independente singular para evitar a confusão e aumentar a transparência e a credibilidade ao em vez dos acertos actuais em que ambos o MAT e o CNE estiveram envolvidos no processo;
11. O governo e os parceiros de cooperação devem fortemente considerar o desenvolvimento de uma imprensa privada e a formação de todos os profissionais de imprensa em jornalismo investigativo de forma a permitir o fortalecimento da comunicação social para que este joga um papel eficaz como agente de acompanhamento não só com relação ao desenvolvimento de uma cultura democrática, mas também em outras áreas de desenvolvimento nacional;
12. O governo deverá fortemente considerar a realização de um censo nacional logo depois das eleições legislativas e presidenciais de 2008/2009 de forma a permitir o estabelecimento de informação exacta e válida sobre a dimensão da população e a distribuição não só para fins das eleições, mas também serve para outras iniciativas de desenvolvimento.

F. AGRADECIMENTOS

A Missão expressou os seus agradecimento ao Governo e ao povo da República de Angola, partidos políticos, sociedade civil e organizações religiosas, organizações internacionais e parceiros de desenvolvimento pelo apoio e hospitalidade concedida.

Feito em Luanda, a 24 de Março de 2007

Distinto Gobopang Duke Lefhoko (Chefe da Missão)
Botswana

Distinta Botlogile Tshireletso, Deputada
Botswana

Distinto Situdi J. Situdi Nkhoma, Deputado
Malawi

Distinta Acucena Duarte, Deputada
Moçambique

Distinto Jeronimo Malaguetta, Deputado
Moçambique

Distinto McHenry Venaani, Deputado
Namíbia

Distinta Isabella B. Katamzi, Deputado
Suazilândia

Distinto Richard Nyaulawa, Deputado
Tanzânia

Distinto David Matongo, Deputado
Zâmbia

Distinta Margaret Celine Pote, Deputada
Zimbabwe

DELEGAÇÃO

- 1) Distinta Gobopang Duke Lefhoko, Assembleia Nacional do Botswana, (Chefe da Missão)
- 2) Distinta Botlogile Tshireletso, Assembleia Nacional do Botswana
- 3) Distinto Sitsi J. Sitsi Nkhoma, Assembleia Nacional do Malawi
- 4) Distinta Acucena Duarte, Assembleia Nacional de Moçambique
- 5) Distinto Jeronimo Malagueta, Assembleia Nacional de Moçambique
- 6) Distinto McHenry Venaani, Assembleia Nacional da Namíbia
- 7) Distinta Isabella B. Katamzi, Parlamento da Suazilândia
- 8) Distinto Richard Nyaulawa, Assembleia Nacional da Tanzânia
- 9) Distinto David Matongo, Assembleia Nacional da Zâmbia
- 10) Distinta Margaret Celine Pote, Parlamento do Zimbabwe
- 11) Dr. Kasuka Mutukwa, Secretário Geral
- 12) Sr. Takawira Musavengana, Agente de Democracia e Governação
- 13) Sra. Angela Martins, Agente de formação
- 14) Sr. Unaro Mungendje, Contabilista
- 15) Sra. Agnes Lilungwe, Secretaria
- 16) Sr. Ollium Phiri, Funcionário Parlamentar, Malawi
- 17) Sr. Jaime Ezequiel Numaio, Funcionário Parlamentar, Moçambique
- 18) Sra. Grace Constable Goncalo, Funcionário Parlamentar, África do Sul
- 19) Sr. Amos Msindisi Maziya, Funcionário Parlamentar, Suazilândia
- 20) Sr. Christian Ratsakatika, Funcionário Parlamentar, Zimbabwe
- 21) Dr. Esau Chiviya, Redator

